

São Luís no Século XIX: uma capital em construção

Thais Trovão dos Santos Zenkner¹

O Maranhão que passou os séculos XVII e mais da metade do XVIII em total estado de abandono, se integraria após resistências iniciais, ao Brasil Imperial de forma surpreendente. Entre a segunda metade do século XVIII e início do XIX, o algodão havia se tornado o principal produto da economia do Maranhão. O Estado passa a gozar assim de uma prosperidade econômica que se estenderá até a primeira década do século XX e que moverá São Luís rumo ao crescimento. Seguindo a malha original traçada no século XVII pelo engenheiro português Francisco Frias de Mesquita neste momento a cidade passa a acumular novos papéis que vão definindo um conjunto de edifícios de caráter público e privado e se afirma como capital.

De fato, o período do Império foi a fase áurea do Maranhão. Por volta de 1820, São Luís era a quarta cidade mais importante do Brasil, depois apenas do Rio de Janeiro, Salvador e Recife posição que manteria até o último quartel do século XIX. Mas esse crescimento que se afirmaria até os anos de 1860-1870 passará a declinar a partir dos anos 1890, já no período republicano.

Neste capítulo² apresentamos um panorama de São Luís, com destaque para o século XIX. Pontuamos as impressões que alguns viajantes tiveram ao passarem pela cidade; as construções realizadas no início do século; o surgimento de uma elite intelectual, que agrega para a cidade o título de “Atenas brasileira” e a passagem e a permanência de alguns fotógrafos na cidade. Evidenciamos o quanto foi importante o século XIX para o Maranhão, em especial sua capital, legando a ela o extraordinário patrimônio urbano que foi reconhecido em 1997.

São evidenciados ainda os ciclos de reformas e melhoramentos urbanos ocorridos em São Luís ao longo do segundo reinado, que podem ser captadas a partir do que Freitag (2009) chamou de “registro” urbanístico, referente à construção física da cidade. A literatura

¹ Arquiteta e Urbanista. Professora IV e Pesquisadora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UEMA. Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² Este texto é parte da tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ, em maio de 2011, intitulada “São Luís 1840 a 1912 - a construção de uma capital: notas para uma história urbana, sob a orientação da Professora Margareth Pereira.

histórica regional aponta dois importantes ciclos econômicos, responsáveis pelo rápido desenvolvimento da Província. O primeiro deles, entre 1780 e 1820, foi baseado na monocultura algodoeira, voltada para o abastecimento das fábricas inglesas nos tempos fabris da Revolução industrial. O segundo é localizado entre os anos de 1850 a 1870, quando o Governo Provincial estimulou a produção açucareira (LOPES, 2008). Essa expansão vai repercutir no tecido urbano de São Luís, intensificando o povoamento e a valorização dos terrenos. Os resultados se fizeram sentir na formação e crescimento de bairros como o dos Remédios, mais residencial e na própria urbanização da área da Praia Grande, com função mais comercial.

Freitag (2009) ignora aqui que os “registros” urbanísticos também são “representações culturais³.” Na verdade, o pensamento arquitetônico e urbanístico que engendrou mudanças físicas nas cidades por meio de formas construídas se insere em culturas técnicas, artísticas que são compartilhadas de lado e outro do Atlântico. São representações da própria cultura técnica e artística (engenharia, urbanismo ou arquitetura) que alimentam às práticas de engenheiros, médicos, arquitetos. A miscigenação e circulação de hábitos muito mais do que “transferências” são apropriações como tão bem mostrou aquela autora e Chartier entre outros autores da Escola dos Annales e que respondem às representações individuais e coletivas. Estas representações e apropriações podem ser observadas tanto nos discursos de viajantes quanto na obra de fotógrafos, nos escritos dos intelectuais e também na maneira que se elaboram mapas, relatórios etc. Como declara Pereira (2010a)³: “estamos condenados às representações e mesmo a tabula rasa ou a abstração é uma visão de mundo.”

Os viajantes naturalistas bávaros Johann Baptiste Von Spix e Karl Friedrich Philip Von Martius, que integraram a comitiva da princesa Leopoldina e viajaram pelo Brasil entre os anos de 1817-1820 chegam ao Maranhão em 1819 (MEIRELES,1987). Embora o número de habitantes pouco exagerado - cerca de 30.000 habitantes⁴ - a posição de quarta cidade brasileira de São Luís permanece. As famílias mais opulentas tinham o hábito de mandar educar os jovens em Portugal e não raro os rapazes formavam-se na Inglaterra e na França, incentivando a circulação de costumes, mas também de produtos europeus. Alcide d’Orbigny que visita o

³ Cf. PEREIRA, Margareth da Silva. **Notas do Curso do Programa de Pós- graduação em Urbanismo (PROURB)**. Da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. Trabalho não publicado.

⁴ Alguns autores consideram este número exagerado, pois na estimativa do viajante G. Gardner, em 1841, São Luís deveria ter 26.000 habitantes. No recenseamento de 1868, tinha por volta de 27.000 habitantes e neste mesmo ano Cândido Mendes fala de uma população por volta de 35.000 habitantes. (SILVA FILHO, 1998).

Maranhão treze anos depois, em 1832, reafirma a impressão anterior de Spix e Martius relatando a elegância e a riqueza da sociedade.

Esses três viajantes também nos falam que a maior parte da população de São Luís era constituída pela mistura de raças, com grande predominância de negros. “Notam-se, entre eles, relativamente, muitos descendentes, sem mistura, de portugueses, e grande número de negros; o número de índios é pequeno” (SPIX; MARTIUS apud CALDEIRA, 1991, p. 21).

Sobre a melhora dos cuidados com a saúde e a higiene observa-se a construção e conclusão, em 1815 do Hospital de São José da Santa Casa de Misericórdia, tendo por selo a Irmandade da Misericórdia. Este Hospital passou a funcionar em 1817.

Além de inúmeras casas comerciais francesas e inglesas, em 1817, São Luís passa a construir seu primeiro teatro (Teatro União, atual Artur Azevedo), em cujo palco ocorriam apresentações trazidas diretamente de Lisboa. Em 1821 a cidade ganha a Tipografia Nacional e o primeiro jornal (O Conciliador do Maranhão). Em 1836 é fundada uma Biblioteca Pública e em 1839 um Liceu, onde muitos dos doutores formados na Europa iriam se congregar. Em paralelo ao crescimento da cidade e ao surgimento dos casarões revestidos de azulejos e das arcadas e janelas em ferro trabalhado, encontram-se um atuante e brilhante grupo, constituído por intelectuais como Odorico Mendes (1799-1864), Sotero dos Reis (1800-1871), João Lisboa (1812-1863), Gonçalves Dias (1823-1864), e Antônio Henrique Leal (1828 - 1885).

O segundo quartel do século XIX (1832-1868) marcou o advento do Romantismo com grande influência dos autores franceses e no Brasil a exaltação de personagens indígenas, se constituía como forma de emancipação literária. Neste cenário literário nacional surgem, de forma espetacular, vários autores maranhenses, que passam a chamar a atenção do país sobre o Maranhão, pela produção cultural. É nesse momento que São Luís começa a ser conhecida como a “Atenas do Brasil” (LIMA, 2008).

O século XIX foi também o das invenções. Dentre elas a descoberta revolucionária da fotografia em 1839, por Jacques Mandé Daguerre. Oficialmente esse invento chegou ao Brasil em 1840, trazido pelo abade Louis Compte.

A cidade de São Luís contou com muitos desses primeiros profissionais, que de início eram “fotógrafos itinerantes” e vão registrando sua burguesia comercial que se afirmava. Por volta de agosto de 1846 o daguerreotipista norte-americano Charles D. Fredericks junto com seu sócio Alexander B. Weeks anuncia sua recente chegada a São Luís, vindo de Belém. Ofereciam retratos coloridos pelo processo da daguerreotipia. Mais tarde, com a sociedade desfeita, Fredericks ainda permanece em São Luís até fevereiro de 1847. Segundo Jomar Morais depois desse fotógrafo, inúmeros retratistas aparecem nos anúncios da imprensa

maranhense, a maior parte de passagem por São Luís e com passagens ligeiras pelo interior do Maranhão (CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ, 1978).

De fato, à chegada desses profissionais em São Luís coincide com a prosperidade econômica da cidade, especialmente advinda da lavoura de cana, que estimulada pelo governo da Província, teve um fértil ciclo entre os anos de 1850 a 1870. Segundo Marques (2008), no ano de 1862, o Maranhão contabilizava 410 engenhos, dos quais uns 280 de ferro e 130 de pau. A cidade se caracterizava como um empório comercial exercendo controle político e administrativo sobre os centros interioranos.

Os ciclos de reformas e os melhoramentos urbanos I: 1840 - 1865

Com a maioria de Pedro II e a estabilidade política do período observa-se muitas mudanças em São Luís que começa a se construir de um modo novo enquanto capital regional pode-se dizer que os registros urbanísticos se multiplicam.

Em 1839 o americano Daniel Kidder visita a capital do Maranhão, atribuindo a ela uma população de 33.000 habitantes. O viajante confirma o grau de desenvolvimento “intelectual” e “moral” da população de São Luís, equiparando-a a das maiores cidades do Império. Registra também a presença de numerosos franceses e ingleses que aqui aí se ocupavam de atividades comerciais. As estimativas do número de habitantes da São Luís, dada pelos viajantes são imprecisas, pois dois anos depois chega à cidade, George Gardner que avalia a população da capital em 26.000 habitantes. Outro viajante estrangeiro que visitou São Luís na década de quarenta do século XIX foi o príncipe Alberto da Prússia, que embora a tenha observado somente do convés do navio, ao avistar a cidade, surpreendeu-se com seu aspecto inteiramente europeu.

Kidder visitando a cidade em 1839, nos permite conhecer aspectos de uma São Luís ainda “acanhada” às vésperas da Maioridade de Pedro II e de seu crescimento que se aceleraria a partir de 1840.

O viajante norte-americano registra diversos navios mercantes no porto e acredita que a cidade “apresenta ao visitante um aspecto de progresso como raramente se nota em outras cidades do Império.” Entretanto, ele anota que o desembarcadouro situado ao longo do forte São Luís “conquanto construído de pedra, parecia gasto pela ação do tempo.” (KIDDER, 1980, p. 149). Desse ponto saí uma rua “calçada” que levava a uma grande praça que também parecia precisar de

reparos. Aí se viam a Catedral, o Palácio do Bispo e outros edifícios importantes, mas que na sua maioria também não passavam de antigas “dependências” deixadas pelos jesuítas.

O que parecia digno de nota era o número de estabelecimentos de ensino: um Liceu, uma escola de latim, duas escolas primárias masculinas, duas femininas, quatro escolas particulares e um seminário instalado em um dos mosteiros.

Igualmente o traçado da cidade “marcadamente regular” com ruas de boa largura e “rigorosamente limpas” pela ação conjugada dos ventos e das chuvas deixavam o visitante com uma impressão positiva da cidade. Ao que se somavam “muitas residências de fina construção, estilo elegante e aparência sólida.” Diversas praças eram também “ornamentadas, algumas delas com árvores de sombra”, dentro do perímetro urbano.

A parte Norte, isto é o bairro de Remédios já era considerada a mais atraente como bairro residencial. Kidder (1980, p. 150) aprecia o bairro que era não só muito freqüentado nos dias santificados como se enfeitava na época das festas. “Embora simples e bonita por dentro” a igreja dedicada à Nossa Senhora dos Remédios era “pequena” e o alpendre diante do templo, embora um pouco distanciado, acabava sendo apropriado pelos fiéis “onde o povo se divertia por ocasião das festas.”

Kidder (1980) comenta ainda que malgrado a “influência deprimente” que a instabilidade política trouxera para todos os ramos do comércio diversos edifícios já estavam sendo construídos em diferentes pontos da cidade.

Os passeios mais apreciados e recomendados por Kidder (1980, p. 150) em São Luís são também dignos de comentários. Primeiramente o Cemitério Público nas imediações da Santa Casa da Misericórdia que havia sido construído pouco antes de sua passagem pela cidade. O pastor norte-americano lamenta contudo que este campo-santo fosse “por demais pequeno em relação ao tamanho da cidade.” Em segundo lugar ele aprecia a visita que faz ao Liceu, instalado no Convento dos Carmelitas com sua biblioteca de mais de 4.000 volumes “com predominância dos livros franceses.” Jovens vivazes e interessados aprendiam latim e grego, ingles e francês, história e geografia além de filosofia, geometria, desenho e retórica.

Era aí que os maranhenses podiam apoiar suas afirmações quanto ao grau de desenvolvimento intelectual e moral e Kidder declarava: “Se preservarem em seus esforços [no campo do ensino] continuarão a merecer a admiração e o respeito tanto dos seus concidadãos como dos estrangeiros” (KIDDER, 1980, p. 152-153).

Em 1841 é inaugurada a Escola dos Educandos Artífices⁵, localizada no Largo do Diamante (Praça da República), cujo objetivo era a formação profissional dos jovens mais pobres da cidade. O ensino aqui era profissionalizante, voltado para as oficinas de alfaiataria, sapataria, carpintaria, marcenaria e de pedreiro, dentre outras ampliando as expectativas de Kidder. Ainda neste mesmo ano inicia-se a construção do Cais da Sagração⁶, cujo objetivo além do embelezamento da cidade e de prover o porto de melhor desembarcadouro era também evitar o desmoronamento da barreira onde estava assentada a Praça do Palácio.

A partir de 1842 verificamos uma maior intervenção do poder administrativo na implementação e melhoria do aparelho urbano da cidade, por intermédio do início da publicação de um tipo específico de documento, aplicado até essa data a poucas cidades do Império como o Rio de Janeiro, Salvador e Recife: os Códigos de Posturas. Estes instrumentos normativos estabeleciam parâmetros gerais para o convívio em sociedade, disciplinando a ocupação e a utilização do espaço público, regulando a expansão do modelo urbanístico da cidade até então, em malha ortogonal. Segundo Gouveia Neto (2008), a este primeiro código de posturas de São Luís seguem-se os de 1866 e 1893 e que como veremos respondem a momentos de inflexão no processo de crescimento da cidade e parecem responder a algumas críticas de Kidder.

O código de 1842 foi constituído por 113 normas e aprovado pelo Conselho Geral de Província. Esse código especificava o que era permitido ou não fazer no espaço da cidade, comentava ainda sobre as multas ou punições que deveriam ser aplicadas e que variavam de acordo com a falta cometida e de quem a estava cometendo (homens livres e escravos). Dentre outras questões, o código estabelecia normas para a expansão de São Luís. Nenhuma pessoa, por exemplo, poderia edificar na cidade e nem nos seus subúrbios sem a licença da Câmara.

Estabelecia áreas de vendas de produtos na cidade como o peixe, que deveria ser comercializado nas Praias do Cajú, Santo Antônio, Desterro e Madre Deus. Já as aves, ovos, hortaliças, frutas e outros alimentos deveriam ser vendidos apenas no Largo das Mercês, Santo Antônio, Praça da Alegria e a quadra central nas barracas da Praia Grande. Por fim, proibia todas as fábricas de curtume dentro da cidade assim como a criação de porcos em chiqueiros e a divagação de cães e animais ferozes.

Também ficou proibido a circulação do gado e porcos dentro da cidade, ficando passível de multa. O gado que vinha por terra, do interior da ilha deveriam passar pelo “Caminho da Boiada”

⁵ Criada pela LP n° 105, de 23 de agosto de 1841, cujo objetivo era proporcionar à mocidade desvalida, uma educação regular. A escola foi extinta em 1889, quando assume o primeiro Governador nomeado após a Proclamação da República: Pedro Augusto Tavares Júnior (MARQUES, 2008).

⁶ Essa área também era conhecida como Praia do Cajú e entre ela e a Praia Grande estava o “coração” da cidade colonial.

para chegar até a Praça do Mercado ou da Horta, onde deveriam ser comercializados. Nesta praça⁷, que antigamente era quase sempre invadida pelo mar, existia ao lado da praia o curral da Municipalidade. Em 1849 a Assembléia Legislativa Provincial votou fundos para estabelecer o Matadouro Público, ficando os planos e orçamentos a cargo do engenheiro João Nunes de Campos. A construção foi realizada por Manoel Antônio da Silva Campelo, contratado no ano seguinte pelo Governo Provincial, resultando em “um bom estabelecimento, feito com solidez e com todas as necessárias dependências.” (MARQUES, 2008, p. 729).

Desde 1831 estava proibido o enterramento dentro dos recintos dos templos de São Luís, não se permitindo Cemitério dentro da cidade. O Código de 1842 estabelece uma área para esse fim, “limitada por uma linha Norte a Sul, que passe junto à frente leste do quartel do Campo do Ourique”, a exceção dos cemitérios já existentes como o Cemitério da Misericórdia, dos Ingleses e algum enterramento⁸, que se possa fazer junto ao Hospital Militar, localizado na área da Madre Deus. Nesses cemitérios já existentes, assim como no Cemitério Municipal, entre a Rua Grande e Rua do Passeio que funcionava desde 1804, continuavam os enterramentos.

Nesse período destaca-se a Rua Grande, coração da cidade, longa e reta, que nascia no Largo do Carmo e cortava a cidade no sentido leste/oeste, indo terminar nas proximidades do Campo do Ourique. O campo era um dos limites da cidade e daí iniciava-se o “Caminho Grande”, uma estrada sinuosa que nesse período levava para os arredores da cidade. A Rua Formosa que também partia do Largo do Carmo, passava pelo Desterro até chegar à Igreja do Desterro e às áreas de expansão do porto. Nos arredores da Rua da Inveja que se iniciava na Praça do Mercado ficava o bairro em que vivia a camada mais pobre da sociedade maranhense neste período.

As Quintas das Laranjeiras, do Monteiro, da Belira e a quinta localizada na Rua da Viração (Bairro dos Remédios) eram marcos do início da zona rural de São Luís. A Quinta das Laranjeiras localizada no início do “Caminho Grande, a Quinta do Monteiro e a Quinta da Belira ficavam na Rua do Passeio.

Nas margens dos Rios Anil e Bacanga existiam áreas alagadas, chamadas de “praia”, que desde 1780 foram sendo constantemente aterradas. Nas margens do Rio Bacanga se

⁷ Em 1855 a municipalidade, com a ajuda do Presidente da Província, compra as casas e terrenos daquela praça para o uso público, iniciando as obras neste mesmo ano. Em 1864, Marques (2008, p. 818) registra: “Hoje, concluídos, e que constam de quatro barracões solidamente construídos, onde estão açougues e vendas de frutas e legumes. A praça está pronta, bem calçada e até com alguma elegância.” Essa área até pouco tempo era também conhecida por “Largo do Açougue Velho.”

⁸ Esse terreno, próximo ao Hospital Militar, onde eram realizados os “enterramentos” era de propriedade da Irmandade da Misericórdia. Nesse local, em 1855, foi inaugurado o Cemitério do Gavião que passou a pertencer à municipalidade.

destacavam as praias da Madre Deus, do Desterro e Praia Grande. No Rio Anil a Pequena e a Praia do Caju (Cais da Sagração). Os portinhos da Madre Deus, da Praça do Mercado e do Desterro funcionavam como alternativas para o mercado local evitando o transtorno ao centro comercial, mais urbano da cidade: a Praia Grande, que por sua posição estratégica, acabou sendo o principal porto de carga e descarga de mercadorias.

Por fim, o Cais da Sagração, também conhecido como Praia do Cajú, era como vimos uma das áreas mais importantes para a cidade. Nas suas proximidades situava-se a “Praia Pequena”, visto que nessa época o mar invadia essa região formando ali uma pequena praia. Em resumo dois bairros, o dos Remédios e da Praia Grande⁹ destacavam-se. No primeiro situavam-se muitas residências e o segundo concentrava as atividades mais comerciais. Neste período a cidade se estendia para o norte e o bairro dos Remédios vinha intensificando sua ocupação, pois o local passou a ser investido pelas camadas mais altas da população. São Luís tinha vários largos, muitos deles em frente às suas treze igrejas e capelas, seus três mosteiros e seu recolhimento - a Misericórdia. O Quartel, a Alfândega, o Teatro, as escola dos Educandos Artífices, o Liceu, a Biblioteca e o seu Cemitério Público, além daquele dos Ingleses, constituíam os novos estabelecimentos ou edifícios de maior relevância.

Nesses anos percebemos a preocupação do poder público em organizar não só o espaço público com iniciativas de embelezamento urbano, como a arborização das ruas a partir de 1848, mas também com regras de convivência na cidade.

Em 1852 seria inaugurado o Gabinete Português de Leitura, similar aos já existentes no Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Segundo Lopes (2008) é no ciclo econômico¹⁰ de 1850-1870 que nasce a geração de intelectuais maranhenses que darão renome ao Estado anos mais tarde constituída por Artur Azevedo (1855-1908), Aluizio de Azevedo (1857-1913), Coelho Neto (1864-1934), Nina Rodrigues (1862-1906), Dunshee de Abranches (1867-1941), e Graça Aranha (1868-1931).

Durante este período as ações conjuntas do poder público e do setor privado embelezavam a cidade erguendo novas edificações, algumas vezes substituindo as antigas

⁹ Até 1779 na Praia Grande existia só uma Alfândega. Tratava-se de uma área constantemente inundada, mas torna-se fundamental aterrará-la devido à intensificação do comércio de importação e exportação. Em 1805, com o aterramento, surge o primeiro “terreiro público” destinado para o comércio de mercadorias regionais como a farinha, camarão, feijão entre outros, e somente em 1820 a Câmara de São Luís manda construir a “Casa das Tulhas”, que era um aglomerado de barracas, destinadas a venda desse tipo de mercadorias.

¹⁰ A literatura histórica regional aponta este segundo ciclo entre os anos de 1850-1870, quando o Governo da Província estimula a expansão das culturas de cana e implantação de engenhos (LOPES, 2008).

construções do século XVII e parte do século XVIII, assim como expandindo a área urbanizada.

A economia estava diretamente ligada às atividades portuárias e a introdução da navegação a vapor no Maranhão, desde os anos de 1830, segundo Kidder (1980) favoreceu a travessia no Canal do Boqueirão na Baía de São Marcos melhorando e intensificando o movimento das embarcações que se dirigiam ao porto. Os primeiros investimentos visando disciplinar o comércio crescente ocorreram na região portuária da Praia Grande, quando o Município contrata, em 1854, a Companhia de Confiança Maranhense com o objetivo de construir um edifício de comércio, que ficará conhecido como “Casa das Tulhas” ou Casa da Praça, hoje Feira da Praia Grande, depósito destinado a regular o comércio de trigo e outros importados. Trata-se de um conjunto de edificações que formam um quarteirão com um pátio central. Nesse mesmo ano foi instituída a “Comissão da Praça”: uma sociedade composta por comerciantes instalados em uma das barracas da chamada “Casa das Tulhas”. O surgimento dessa sociedade vem confirmar o crescimento comercial que ocorria em São Luís.

Na década de 1850 passam por reformas o Teatro União (1852), a Catedral (1854), a Igreja de Santo Antônio (1856), o Palácio do Governo (1857), além de serem feitos melhoramentos urbanos como a remodelação do Largo 13 de Maio (1851) e a conclusão do calçamento da Rua Grande (1855). Medidas sanitárias também são implementadas na cidade como, a inauguração do Cemitério do Gavião, antigo Cemitério de São Pantaleão em 1855. A implantação do Gavião impulsiona agora ainda mais a expansão da cidade para o sul, na direção em que já vinham instalando o porto comercial de Madre Deus.

No ano seguinte a Cadeia Pública é transferida do prédio da Intendência para a região norte da cidade e em 1859 é inaugurado o Hospital de Nossa Senhora da Conceição, pela sociedade Harmonia Maranhense, para atender seus associados e também a outros doentes e desvalidos. No entanto, esse hospital localizado na Rua da Palma n. 51, aérea central da cidade, não teve longa duração.

Na década de cinquenta do século XIX, São Luís seria visitada por mais dois estrangeiros que nos auxiliam a acompanhar os ritmos e os rumos deste seu primeiro surto construtivo pós Independência: Auguste François Biard, em 1858; e Roberto Avé-Lallemant, em 1859. Entre os viajantes que passaram por São Luís, Biard (apud CALDEIRA, 1991, p. 16) foi quem fez os comentários mais sucintos, descrevendo-a como uma cidade construída em anfiteatro e deixando registrado: “sem mesmo saber porque, não experimentei grande desejo de visitá-la.”

Em contrapartida, Avé-Lallemant (apud CAFETEIRA, 1994) que chega à cidade no ano seguinte, nos dá o testemunho de que encontrou uma bela e agradável cidade. O viajante registra que a sua impressão sobre São Luís não poderia ser melhor, descrevendo-a implantada sobre altas colinas, banhada pelo mar e com belos edifícios. Faz uma comparação com outras três grandes cidades comerciais, Rio de Janeiro, Salvador e Recife constatando que a capital do Maranhão merecia sim, a posição de quarta melhor cidade do Brasil e assim como Kidder, ele se surpreende com as ruas retas e limpas, tendo a cidade “realmente esplêndida aparência.”

Neste período o bairro Remédios também se expande. Como esta é uma região elevada¹¹ com vistas para o Rio Anil, a tradicional festa realizada em homenagem à padroeira dos comerciantes, passará a ser concorrida e mesmo com a presença da Cadeia Pública o bairro vai se consolidando como zona residencial.

A oeste, após a inauguração da “Casa das Tulhas”, em 1860, essa região também se desenvolve rapidamente passando a ser uma área de ricos comerciantes que instalaram aí várias lojas entre os anos de 1850 a 1880. É em torno da Casa das Tulhas que por volta de 1861 a Praia Grande se consolida como uma área de comerciantes abastados, surgindo armazéns, quitandas, lojas, boticas, tipografias, padarias e outros serviços. No centro, o Teatro São Luís (antigo teatro União) inaugurado em 1817 passa por outra grande reforma ainda em 1861.

Nesse período observa-se as preocupações com o embelezamento, o saneamento, e a circulação, através de realizações como a inauguração do novo serviço de iluminação à base de gás hidrogênio encanado, em 1864. Ainda nesse ano é organizada uma comissão para verificar o estado da Santa Casa de Misericórdia, por outro lado a Câmara Municipal é autorizada a realizar de um caminho de rodagem entre a Capital e o Anil, até o rio Cutim, em 1865, facilitando, desse modo, a ligação entre a área urbana e rural da cidade.

Em 1862, complementando a região portuária, foi construída uma segunda rampa ao final da Rua do Trapiche, a “Rampa Campos Melo”, cujo objetivo era o de favorecer um local mais acessível ao transporte de passageiros tornando-se, daí em diante, em um dos espaços sociais de grande movimento na cidade. Na zona portuária desde o Cais da Sagração, a partir de 1841, foram feitas constantes obras de reparo.

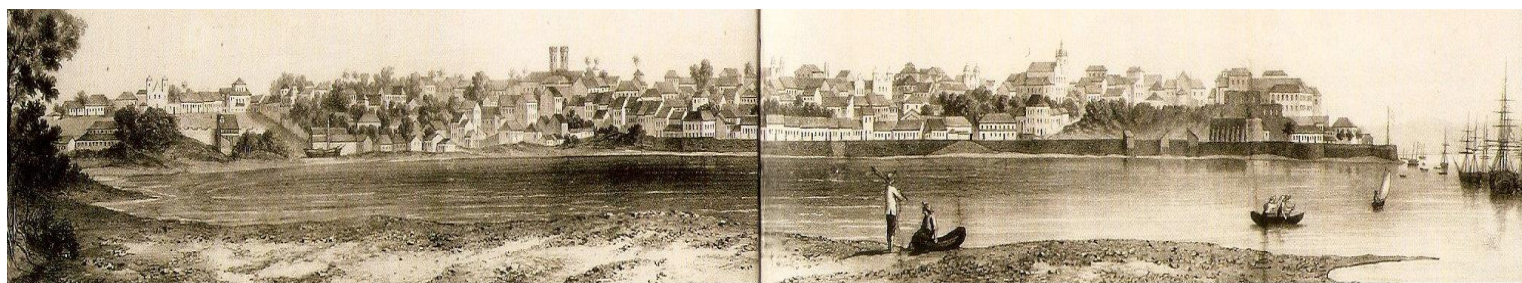
Nessas obras foram gastos grande soma dos cofres públicos, sem, no entanto, resolver definitivamente os problemas do cais, o que provocou críticas por parte do

¹¹ Conhecida como Ponta do Romeu.

engenheiro André Rebouças quando visitou o local em 1865: “depois de 24 anos de trabalho, tendo consumido para mais de 200:000\$, apenas existia uma muralha e uma rampa fendida em diversos pontos, cercando um pântano no qual a maré penetrava todos os dias.” (ÁLBUM..., 1899, p. 22).

É interessante comentar as diferenças nas observações de alguns visitantes. Um deles, André Rebouças fez críticas ao cais, outros como Louis e Elizabeth Agassiz, que visitaram São Luís no mesmo ano disseram que: “A cidade e o porto são muito lindos.” (CALDEIRA, 1991, p. 14). Talvez o deslumbramento com a natureza que emoldurava a cidade descrita, uma ilha formada por dois braços de mar, e as terras circundantes, cobertas de matas espessa, porém baixa, tenham ofuscado os problemas de engenharia, vistos por André Rebouças. Fica claro também que algumas impressões são superficiais, dada a condição de visitante.

Em 1864, São Luís ganha ao que parece um dos seus primeiros “panoramas” litografados (Desenho 1). É também o período em que se instalam na cidade outros fotógrafos como Henrique Elias Neves e como Fortunato Ory, este último chega à cidade em 1862 e permanece alguns anos com estabelecimento fotográfico localizado no Largo do Carmo número oito. A cidade se orgulha das suas recentes conquistas e os seus fotógrafos multiplicam suas imagens.



Desenho 1: Manoel Ricardo Couto, 1864
Fonte: Lopes (2008)

Manuel Ricardo Couto¹² produz uma vista geral da cidade a partir da ponta do São Francisco. Nela observa-se o Rio Anil e pequenos barcos pesqueiros. Na extremidade esquerda da gravura aparece a Igreja de Nossa dos Remédios e próxima a ela a Praia Pequena. Em seguida, aos fundos, avistam-se as torres da Igreja de Santo Antônio, e, ao longo, a muralha do Cais da Sagração. A “rampa Campos Melo” não aparece no desenho,

¹² Gravador que fez uma vista panorâmica de São Luís, em 1864, utilizando a técnica de litografia. Essa gravura fez parte da Coleção de Artur Azevedo, hoje pertencente ao acervo da Pinacoteca do Palácio dos Leões, em São Luís.

mas posiciona-se logo após a curva da muralha, pois era para lá que se dirigiam os navios que chegavam e saíam com mercadorias. Na extremidade direita observa-se, na parte alta, o Palácio do Governo, de fato como relataram os viajantes São Luís estendia-se sobre colinas destacando suas sólidas construções.

Os anos de 1842 a 1865 correspondem ao primeiro grande “ciclo” de melhoramentos urbanos de São Luís. A publicação do Código de Posturas de 1842, a divulgação do panorama da cidade, em 1864 e a publicação do “Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão¹³” publicado por César Augusto Marques, em 1870, querem mostrar o quanto a cidade modernizou-se, cresceu e está mais bonita. No entanto, enquanto alguns viajantes como Avé-Lallemant, Louis e Elizabeth Agassiz atestam esses melhoramentos outros atores como o engenheiro André Rebouças, os poderes públicos e o setor privado reivindicam novas reformas e construções na cidade.

Os ciclos de reformas e os melhoramentos urbanos II: 1865 - 1889

Um novo Código de Posturas foi instituído pela Câmara Municipal em 1866, reforçando a intenção de ordenar o espaço da cidade e assim implementar novas formas de sociabilidade na capital maranhense. Diferentemente do Código anterior este texto era mais amplo e detalhado, contendo 211 artigos divididos em quatro partes ou títulos: “Regularidade e aformosamento”; “Cômodo e seguridade”; “Salubridade”; e “Disposições Gerais”. O Código continua com o objetivo de organizar as contradições da cidade, agora incluindo uma maior preocupação com as questões da segurança. Preocupação justificada devido ao crescimento populacional na zona urbana e conseqüentemente a intensificação das suas atividades.

Em 1869, por iniciativa de um grupo, foi fundada a “Escola Popular Onze de Agosto” em um antigo prédio na Rua dos Afogados, cujo objetivo era estabelecer uma escola de ensino público. Dois anos depois foi comprado um sobrado na Rua do Sol, ficando a reforma a cargo do arquiteto Agostinho Autrand.

¹³ Foi no ano de 1864 que César Augusto Marques entrega ao domínio público sua obra intitulada “Apontamentos para o dicionário histórico, geográfico, topográfico e estatístico da Província do Maranhão”. O autor fala do árduo trabalho e também da certeza que esta obra se tornaria um bem maranhense. Comenta das modificações e complementos os quais realizou até ser feita a publicação, em 1870 com o título “Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão”.

No mesmo ano da fundação da escola, 1869, algumas outras realizações ocorreram na cidade, como os consertos na Igreja do Desterro localizada às margens do rio Bacanga; a colocação de um alpendre na entrada principal do Palácio do Governo; a reforma do prédio da Alfândega na Praia Grande. A inauguração do Hospital Português localizado à Rua do Passeio, na propriedade conhecida como Quinta do Monteiro, situado fora dos limites da cidade, demonstra a preocupação com as questões sanitárias. É verdade que desde o início do século os hospitais e cemitérios haviam se multiplicado em São Luís, colocados quase sempre nos limites da zona mais densamente urbanizada.

A inauguração de um Hospital Português, agora, confirma a importância da presença portuguesa na cidade, até aquele momento dominando as casas comerciais. Por outro lado, como vimos, as medidas sanitárias modernas se revelam com a instalação do Matadouro, ao sul, inaugurado desde 1850, resultando em um sólido edifício que retirou das proximidades da Praça do Mercado, o curral da municipalidade.

Entre as décadas de 1860 a 1870 observamos que grande parte dos investimentos públicos estava ocorrendo na região da Praia Grande, o que pode ser justificado pela dinâmica dos negócios portuários.

Melhoramentos para a circulação também ocorrem em 1871, a partir da criação da Companhia Ferro-Carril, fazendo os serviços de transporte urbano com bondes de tração animal. Em 1872 a empresa é autorizada, também, a alongar sua linha até a zona rural, demonstrando a preocupação do Governo da Província em melhorar a ligação entre essas duas áreas.

Esse surto de desenvolvimento econômico, urbanização e melhoramentos urbanos está tão consolidado que o Brasil só se pode mostrar e ao seu próprio progresso exibindo também sua próspera província do Norte e sua capital São Luís.

De fato em 1872, a cidade realiza a sua 2^o grande exposição local também organizada pela entidade “Festa Popular do Trabalho”, com o objetivo de selecionar os produtos e as realizações que exibiam o crescimento da região (e do país) na Exposição Universal de Viena, em 1873. Inúmeros expositores enviaram amostras de seus trabalhos e até os fotógrafos como Henrique Elias Neves, conforme noticia o “Publicador Maranhense:” “a arte fotográfica foi muito bem representada na Exposição Maranhense de 1872. Henrique Elias Neves, fotógrafo na Rua de Santana, concorreu com 1 quadro contendo 12 fotografias envernizadas.” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1872, p. 3).

A preocupação com o embelezamento e a imagem de São Luís se torna evidente com a colocação, por exemplo, do primeiro conjunto escultórico da cidade: a estátua do

poeta Gonçalves Dias no Largo dos Remédios, em 1873. O engenheiro encarregado para tal empreitada foi José Gaune. Juntamente com uma comissão ele, após inúmeras discussões públicas ocorridas nas crônicas dos jornais da época, decide sobre a melhor posição para a estátua - se voltada para o mar ou para as casas existentes na praça -. “O ficar de costas para o mar ou de frente para as casas dos Srs. Comendador Belfort e Marques Rodrigues, é uma questão secundária [...]”, como publicava o jornal O DOMINGO em 1873, na sua página 4 (O DOMINGO, 1973). O importante é que São Luís ganhava seu primeiro monumento em Praça Pública e o poeta ficaria, enfim, “olhando para o mar.” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1873, p. 2).

Outras realizações significativas aconteceram nos anos de 1870: em 1873 o Hospital Militar passa por novas reformas; em 1874 organiza-se a Companhia de Águas do rio Anil abastecendo a cidade com seis chafarizes localizados: na praça do Campo de Ourique, nas praças do Mercado, da Alegria e do Açougue, nos largos de Santo Antônio e do Carmo; o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, situado na Rua Norte, foi reconstruído neste mesmo ano, sob a coordenação de Augustinho Autrand¹⁴.

O escritor maranhense Aluísio de Azevedo ao publicar o romance¹⁵ “O Mulato” em 1881, faz uma narrativa inspirada na vida maranhense daquela época. Esta obra foi muito elogiada na Corte e nas outras províncias do Brasil, todavia, no Maranhão ela não foi bem aceita, pois Aluísio de Azevedo faz um retrato dos fundamentos da sociedade maranhense, questionando e ao mesmo tempo denuncia a condição preconceituosa contra mulatos e negros.

O interesse do romance para este trabalho está no fato de o autor descrever com realismo e detalhes algumas práticas sociais e a forma urbana da cidade de São Luís naquela época. Destaca a prática de comercialização de negros pelas ruas da cidade; denuncia a hipocrisia da sociedade observando que embora o maranhense fosse hospitaleiro, em relação ao mulato havia um constrangimento, “não lhe chegava às mãos um só convite para baile ou para simples sarau”, no entanto “via-se provocado por várias damas, solteiras, viúvas e até as casadas” (AZEVEDO, 2008, p. 83).

¹⁴ Arquiteto maranhense que estudou em Paris e depois de um tempo trabalhando em São Luís se estabeleceu no Pará. Em São Luís realizou obras na Escola Onze de Agosto e reformas no Hospital da Santa Casa, onde são seus os trabalhos na decoração interna e externa. Esse arquiteto falece no Pará em 1900, onde era funcionário da Repartição de Obras Públicas (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1900, p. 2).

¹⁵ Publicado em 1881 o livro conta a história de Raimundo, o mulato que estuda na Europa e volta para sua terra natal onde sofre com o preconceito. Este romance inaugura uma nova fase da literatura brasileira, o Naturalismo. No entanto, as citações feitas desta obras, são remetidas à sua edição de 2008.

Nesse início dos anos 1880 Aluizio Azevedo descreve São Luís como uma cidade pequena, de clima quente e com dificuldade de abastecimento d'água que era feito por carroças. O escritor destaca aspectos de algumas praças, ruas e construções. A Praça da Alegria, por exemplo, era vista como “triste” de um lado cercada por um casebre de porta e janela e do outro pelo comércio de carnes em tábuas “sujas” de madeira. A Rua dos Remédios nesse tempo era designada como “arrebalde” e a Igreja dos Remédios, malgrado as obras continuava tendo seu largo, onde aconteciam as festas para a padroeira dos Comerciantes, ainda de terra vermelha e sem pavimentação.

No entanto, a Rua da Estrela e a Praia Grande contrastavam com o resto da cidade, por seus sobrados e lojas. Nesses locais havia, de fato, o grande movimento comercial. O bonde ainda era de tração animal, mas nessa época já se projetava uma linha até o Cutim, região que descreve como um dos locais mais agradáveis para um passeio, iniciado no “Caminho Grande”, cercado por chácaras e sítios.

Com a abolição da escravatura, em 1888, o Maranhão sofre um grande impacto na sua economia baseada na mão-de-obra escrava. O Estado tenta se transformar de rica província agrária para um Estado industrial. Durante um determinado tempo até consegue ter êxito, mas, depois, lentamente os sinais de estagnação econômica vão se acumulando.

Embora alguns autores da literatura regional considerem a decadência da sociedade escravista como o fim do apogeu e o início de um período de prolongada letargia para a cidade de São Luís, essa mudança representou, de fato, o início de novas possibilidades. Com a República, a geração de riquezas provenientes das exportações na Província do Maranhão foi conservada e ampliada com a produção industrial têxtil. A cidade continuará seus ciclos de reformas e melhoramentos, e segundo Viveiros (1964), no início da República, São Luís contava com cerca de 40.000 habitantes.

De todo modo, São Luís reina como capital da Província e, quiçá, da própria região Norte. De fato, nem Belém nem Manaus não haviam imposto as marcas de seu espetacular crescimento. Os ventos republicanos é que trariam uma nova configuração de forças entre estas cidades, tornando a imagem urbana do Brasil mais plural, mas diminuindo a própria potência de São Luís como cidade-capital regional. Mas esta tendência toda tarda a se sentir.

De “Atenas brasileira” a “Manchester do Norte”

Após a abolição da escravatura, o Maranhão tenta transformar-se de uma rica província agrária em um Estado industrial. O capital acumulado pelos ricos proprietários de terra passa a ser investido nas indústrias e aos seus atributos de capital administrativa, capital cultural e capital comercial, São Luís se torna rapidamente uma capital-industrial.

De fato, os ventos republicanos e abolicionistas expandem ainda mais as atividades econômicas e fazem de São Luís uma cidade cosmopolita, cada vez mais moderna, culta e preocupada com o seu desenvolvimento social.

Em 1895, o conjunto industrial maranhense era composto por 27 fábricas, 15 delas eram implantadas em São Luís, mas segundo Ribeiro Júnior (2001) várias não sobreviveram ao primeiro quartel do século XX. O fato é que São Luís agora atualizava sua própria imagem como capital.

Seus intelectuais, ovacionados pelas elites culturais do Império, agora se instalavam no Rio de Janeiro e a cidade “exportava” cultura ao mesmo tempo em que “importava” engenheiros, técnicos, operários, construtores.

A imagem de “Atenas brasileira” já não lhe bastava e a nova alavancagem da economia capturada por São Luís irá associar a imagem da cidade à de uma “Manchester do Norte” como os jornais celebram.

Essa explosão econômica de São Luís na virada do século acaba por ser esquecida, mas é ela que sustenta seu mais poderoso patrimônio: seus casarões azulejados, seus balcões em ferro forjado, a riqueza intelectual de várias gerações. Para Martins (2005, p. 18) “a decadência da sociedade escravista não foi exatamente, como alguns consideravam, o fim de um grande apogeu, ou marco de uma prolongada letargia para a cidade, mas o início de novas possibilidades.” E é esta tese que estamos também sustentando nestas páginas.

De fato, durante alguns anos São Luís se constitui e reina como uma nova cidade-capital industrial do país. Esse foi o surto industrial lembrado nas memórias do escritor Humberto de Campos (1933) e confirmado no livro de José Ribeiro Amaral (1897), embora este último “ator”, já pontue também os problemas na economia maranhense que se agravariam a partir de 1904.

São Luís, por intermédio dos seus engenheiros, contratados pelo poder público, buscava como outras cidades brasileiras “reformatar” ainda mais a vida cidadina, isto é, “corrigir suas disfunções” preparando-a para melhor desenvolver suas potencialidades, segundo Pereira (2003, p. 60), sem o braço escravo e com o foco na indústria têxtil.

Bibliografias e Fontes

- ÁLBUM: Maranhão Ilustrado. São Luís: Gaspar Teixeira e Irmãos, 1899. Propriedade da Alfaiataria Teixeira do Maranhão.
- AMARAL, José Ribeiro do. **O Estado do Maranhão em 1896**. São Luís: Typ. Frias, 1897.
- AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- CAFETEIRA, Epitácio. **Reviver**. Prefácio Américo Azevedo Neto. Brasília, DF: Senado Federal, 1994.
- CALDEIRA, José de Ribamar C. **O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX**. São Luís: Sioge, 1991.
- CAMPOS, Humberto de. **Memórias: 1886-1900**. Rio de Janeiro: Marsisa, 1933.
- CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.
- CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ. **Maranhão 1908**. Prefácio Jomar Moraes. Rio de Janeiro: Spala, 1978.
- DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 7 abril 1900. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.
- FREITAG, Bárbara. **Capitais migrantes e poderes peregrinos: o caso do Rio de Janeiro**. Campinas: Papyrus, 2009.
- GOUVEIA NETO, João Costa. Hábitos costumeiros na São Luís da segunda metade do século XIX. **Em tempos de História**, Brasília DF, n. 13, 2008.
- KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagem e permanência nas províncias do norte do Brasil**. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. 2 v.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LEPETIT, Bernad. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- LIMA, Carlos de. **História do Maranhão: a monarquia**. 2. ed. rev. e ampl. São Luís: Instituto Geia, 2008.
- LOPES, José Antônio Viana. São Luís: história urbana. In: LOPES, José Antônio Vierira (Org.). **São Luís: ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.
- MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. 3. ed. São Luís: Edições AML, 2008.
- MARTINS, Ananias. **São Luís: fundamentos do patrimônio cultural séculos XVII, XVIII e XIX**. São Luís: SANLUZ, 2005.
- MEIRELES, Mário M. O “Pantheon Maranhense” e o seu autor. In: LEAL, Antonio Henrique. **Pantheon Maranhense: ensaios bibliográficos dos maranhenses ilustres já falecidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987. t. 1. (Documentos Maranhenses).
- O DOMINGO. São Luís, 26 jan. 1973. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.
- PEREIRA, Margareth Aparecida Campos da Silva. Notas sobre o Urbanismo no Brasil: construção e crises de um campo disciplinar. In: MACHADO, Denise Barcellos; PEREIRA, Margareth da Silva; SILVA, Rachel Coutinho Marques da (Orgs.). **Urbanismo em questão**. Rio de Janeiro: UFRJ; PROURB, 2003. p. 55-83.
- PEREIRA, Margareth da Silva. **Notas do Curso do Programa de Pós- graduação em Urbanismo (PROURB)**. Da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010a. Trabalho não publicado.
- PUBLICADOR MARANHENSE. São Luís, 6 ago. 1872. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.

- PUBLICADOR MARANHENSE. São Luís, 5 fev. 1873. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.
- REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís**. São Luís: Func, 2001.
- SÃO LUÍS. Câmara Municipal. **Código de Posturas da Câmara Municipal de São Luís de 1842**. Maranhão: Tpy. Temperança, 1842. Documento do Arquivo Público do Maranhão.
- SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Arquitetura luso brasileira no Maranhão**. Belo Horizonte: Formato, 1998.
- VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão**: 1896-1934. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1964. v. 3.
- ZENKNER, Thaís Trovão dos Santos. O modo de fazer cidades portuguesas: as Leis das Índias e a forma da cidade de São Luís. In: PONTUAL, Virgínia; CARNEIRO, Ana Rita Sá (Orgs.). **História e paisagem**: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís. Recife: Bagaço, 2005.